



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001595-63.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **JOHNNY WALTER DE LIMA**  
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**JOHNNY WALTER DE LIMA** pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2012.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo a necessidade de integração da lide por **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.**, arguindo a ausência de documentos essenciais e inexistência de incapacidade funcional.

O processo foi saneado, repelindo-se a preliminar arguida.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, que no entanto não aconteceu porque o autor, não foi localizado para intimação pessoal.

#### **É o relatório.**

#### **Fundamento e decido.**

Julgo preclusa a prova pericial, uma vez que o autor não compareceu a perícia médica, pois não foi localizado para intimação, e seu advogado, instado a se manifestar, ficou-se inerte.

Julgo antecipadamente a lide, conforme prescreve o artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade de produzir prova em audiência. Somente as provas documental e pericial (esta, não realizada pela preclusão, ante a inércia e desinteresse da parte autora) são pertinentes à lide.

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

Sucedendo que o autor não apresentou prova convincente de padecer de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

incapacidade justificadora do pleito.

Existe nos autos apenas um laudo de exame de corpo de delito (fls.12) descrevendo as lesões sofridas e um atestado médico declinando o dia da internação do autor (fls.13), o que por si só não indicam débito funcional.

O acolhimento do pedido dependia da confirmação pericial de existência de incapacidade funcional e de sua quantificação. A prova pericial ficou prejudicada por inércia do autor.

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno o autor, **JOHNNY WALTER DE LIMA**, ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que comprovadas, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, por equidade fixados em R\$ 724,00 corrigido desde a época do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de junho de 2014.

Daniel Felipe Scherer Borborema  
 Juiz de Direito Auxiliar

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**